



## CARTA DE SÃO LUÍS – MARANHÃO

Os Economistas do Nordeste reunidos em São Luís do Maranhão, no 23º Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE), no período de 15 a 17 de novembro de 2006, discutiram a temática “O Novo Nordeste: Desenvolvimento e Arranjos Produtivos”.

As discussões envolveram a questão da pobreza, dos mecanismos de financiamento do desenvolvimento regional e da participação da Região nas relações econômicas globais.

A realização do ENE neste momento em que acabam de ser encerradas as eleições nacionais, foi apropriada à avaliação dos rumos que vêm sendo dados à nossa sociedade e impar para a definição de novas estratégias de desenvolvimento sócio-econômico.

A avaliação que se fez concluiu serem insuficientes os resultados alcançados para a grande maioria da população do Nordeste, em termos da superação dos seus históricos problemas de pobreza e defasagens econômicas, comparativamente, sobretudo, às regiões Sudeste e Sul.

Veja-se a realidade do Maranhão, que é detentor de recordes de índices desfavoráveis de renda pessoal, de educação, de saúde, de saneamento básico, de habitação, e demais indicadores relativos às condições de vida de sua população.

Mais recentemente, no que diz respeito ao planejamento do desenvolvimento regional, o quadro só se agravou, na medida em que estruturas e programas anteriormente existentes e voltados para reverter o desequilíbrio inter-regional desapareceram, sem a introdução, na moldura institucional, de substitutos compensatórios.

Desde a estabilização dos preços e do Plano Real, o predomínio da política monetarista impediu a adoção de políticas estruturantes de desenvolvimento regional, excluindo o Nordeste das oportunidades econômicas cada vez mais globalizadas.

Compreendendo a questão, os economistas presentes no ENE decidiram reafirmar alguns pontos já objeto de consenso na categoria em relação à questão nordestina e acrescentar outros, condizentes com a atualização conjuntural e estrutural do tema, dentre eles a adoção de medidas que objetivem o fortalecimento do crédito e novos arranjos produtivos.

Portanto, não é ocioso reafirmar às autoridades e à sociedade brasileiras o caráter nacional e não apenas regional da problemática nordestina, ponto formulado pelo GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste -, há quase 50 anos por Celso Furtado. A solução desta questão, portanto, é de natureza federativa e contribui para a obtenção de índices mais elevados de crescimento da nação como um todo.

Não se deve esquecer a urgente e decisiva questão da base científica e tecnológica da Região, libertando-a definitivamente da dependência a fatores atrativos como mão-de-obra barata e recursos naturais renováveis, porém sem capacidade de modificarem estruturalmente a competitividade sistêmica da Região.

São Luís (MA), 17 de Novembro de 2006.

**Conselho Federal de Economia – COFECON**

Conselho Regional de Economia de Alagoas – 12ª Região;

Conselho Regional de Economia da Bahia – 5ª Região;

**Conselho Regional de Economia do Ceará – 8ª Região;**  
**Conselho Regional de Economia do Maranhão - 15ª Região;**  
**Conselho Regional de Economia da Paraíba – 21ª Região;**  
**Conselho Regional de Economia Pernambuco – 3ª Região;**  
**Conselho Regional de Economia do Piauí – 22ª Região;**  
**Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Norte – 19ª Região;**  
**Conselho Regional de Economia de Sergipe – 16ª Região.**

**Federação Nacional dos Economistas – FENECON.**

**Sindicato dos Economistas do Estado de Alagoas – SINDECON-AL;**  
**Sindicato dos Economistas do Estado do Maranhão – SINDECON-MA;**  
**Sindicato dos Economistas do Estado da Paraíba – SINDECON-PB.**